

Os Estados do futuro

» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)



A humanidade não é mais tema abstrato apenas de filósofos, mas ainda não é preocupação concreta dos políticos. A presidência do G20 no Brasil é a chance de os políticos despertarem para o fato de que o mundo não é mais a soma dos países. Agora, cada país é um pedaço do mundo, em um tempo não mais de abundância, mas com recursos escassos e o Estado esgotado. Com o evento Estados do Futuro, na semana passada, no Rio de Janeiro, o governo Lula deu um passo nessa direção.

O governo reuniu líderes e acadêmicos para debater como devem ser Estados e governos no futuro para enfrentarem problemas planetários, taxar os super-ricos e executar uma aliança mundial contra a fome. Temas que não eram considerados antes, quando a agenda se concentrava nos assuntos econômicos, dentro do interesse de cada país, sem considerar os limites ecológicos nem a imoralidade da desigualdade social, da pobreza e da fome.

O evento foi possível porque a presidência do G20 está no Brasil: o país que mais se parece com o mundo contemporâneo, integrado economicamente, mas dividido socialmente, cada país cortado por uma “cortina de ouro” que serpenteia o planeta, exportador de alimentos, com milhões de famintos, renda per capita equivalente à do mundo, concentração de renda tão grave quanto a concentração em escala mundial, com massa crítica intelectual capaz de pensar alternativas ao progresso insustentável, baseado apenas na economia. Lula é o estadista melhor posicionado para sentir os problemas do mundo, não apenas econômicos e nacionais, mas também sociais e ecológicos.

Ficou claro nos debates que há um choque entre os problemas que já são planetários e a política ainda feita no espaço eleitoral de cada país. Diversos palestrantes falaram que o enfrentamento dos problemas da humanidade ficou atrasado em relação aos compromissos dos políticos nacionais com seus eleitores presos aos interesses locais e imediatos, com o progresso definido pelo aumento anual da renda e do consumo para a população nacional no presente, e não pelo bem-estar de todos os seres humanos no longo prazo, em equilíbrio com a natureza. Foi dito que a política democrática precisa ser sintonizada com o humanismo, o que exige uma nova mentalidade política dos eleitores e dos eleitos. A formação dessa nova mentalidade depende da educação das novas gerações para enfrentarem os tempos de limites de recursos em uma perspectiva planetária.

O mundo precisa que o G20, sob o Brasil com a presidência do Lula, adote a ideia de que a educação é a chave para enfrentar o impasse civilizatório que integrou economicamente e desintegrou socialmente a humanidade, mantendo a política dividida por países, em busca de aumentar o PIB, em tempos de escassez e esgotamento dos estados nacionais. Para tanto, o Brasil deve liderar o movimento para toda criança do mundo estudar em escola de qualidade, independentemente de sua nacionalidade e da renda de sua família.

A luta da aliança mundial contra a fome pode ser vitoriosa com um programa de Bolsa Família Internacional e com um programa mundial de formação de professores, construção e equipamento de escolas. Ao lado do Bolsa Família Internacional, o Brasil e Lula no G20 devem propor um movimento global para retomar de forma ampla o programa Educação para todos, da Unesco, e oferecer educação básica para todas as crianças, os jovens e os adultos. O G20 é o caminho para essa ideia ser promovida, o Brasil é o país, e Lula é o estadista com legitimidade para defender a proposta.

Essa estratégia eliminaria a fome imediata, criaria a estrutura para sua eliminação definitiva e ainda enfrentaria, de forma humanista, o problema da migração, dando renda aos pobres para permanecerem em seus países

acompanhando a educação de suas crianças: no lugar de desumanamente barrar a imigração, oferecer condições para fazer desnecessária a emigração.

O G20 seria o instrumento de adoção da atual geração de crianças para, no futuro, com mentalidade humanista e ecológica, elas adotarem a humanidade. Graças à educação universalizada e transformadora para um desenvolvimento sustentável, justo, democrático, sem “cortina de ouro”, que separa as pessoas entre pobres e ricos, nem “cortina ecológica”, que sacrifica gerações futuras: um mundo em que nenhum ser humano seja considerado imigrante geográfico, por vir de outro país; imigrante geracional, por ainda não ter nascido; ou “instrangeiro”, excluído pela pobreza ou pelo preconceito dentro de seu próprio país.

Palmas para um derrotado

» CARLOS MARUN
Advogado e engenheiro. Foi ministro de Estado

Em 24 de julho de 2024, a democracia americana viveu mais um dia triste, coisa que tem, infelizmente, se tornado comum por lá. Quase a totalidade dos congressistas republicanos e boa parte dos democratas receberam sob aplausos Benjamin Netanyahu, que, pela sexta vez, discursou no Capitólio, um símbolo da democracia universal, onde esse primeiro-ministro sequer deveria ser autorizado a pisar.

Netanyahu chegou ao poder depois do assassinato por um correligionário seu, com um tiro pelas costas, de Ytzak Rabin, um líder forjado na guerra e que teve coragem de buscar a paz. Convenceu o eleitorado israelense de que ele não precisava de paz, mas de segurança. Recebeu uma procuração desse eleitorado para acabar com o processo de paz. E o fez. Continuou escravizando os palestinos e fortalecendo militarmente Israel, sempre com o apoio incondicional dos Estados Unidos da América.

Tudo parecia estar correndo bem. É verdade que Netanyahu, para continuar no poder e longe da cadeia, teve que se unir ao que de mais radical existe na política israelense, mas os líderes da maioria dos Estados árabes, contaminados pelo vírus da indignidade, já caminhavam para iniciar negócios com Israel por meio de acordos de paz que se constituíam em tratados comerciais e que esqueciam os palestinos.

Até que chegou o 7 de outubro. Infelizmente, no lugar de limitar sua ação aos ataques a bases militares de Israel inicialmente praticados, o Hamas permitiu que se instalasse a barbárie de um imenso atentado terrorista. Isso, naturalmente, aproximou de Israel a solidariedade do mundo. E o contra-ataque foi no início imensamente apoiado. Biden foi até lá abraçar Bibi, encostou em Gaza um imenso porta-aviões e autorizou Netanyahu a lá buscar o armamento que quisesse a fim de destruir o Hamas. O conflito acabaria em alguns dias, pensaram muitos. Afinal, em 1967, foram necessários somente seis dias para que Israel derrotasse vários exércitos árabes de uma vez só.

Mas daí as coisas começaram a fugir do script. Netanyahu não queria só aniquilar o Hamas. Queria aniquilar Gaza. O alvo preferencial passou a ser a infraestrutura do enclave. Seus prédios, suas escolas, seus hospitais, suas igrejas... suas crianças. Um genocídio começou a ser executado, e, desta vez, televisionado. O mundo começou a se horrorizar com o que assistia. O apoio à barbárie praticado pelas Forças Armadas de Israel, sob o comando de Netanyahu, começou a minguar. E a se transformar em um pesado fardo para os que mantinham essa posição.

E os combates? Ali, o fiasco está sendo pior. Em mais de nove meses de luta, são 688 os militares israelenses reconhecidamente mortos e mais de 10 mil feridos. Tudo isso no enfrentamento a um grupo de milicianos famintos e mal armados. E não passaram de sete os reféns vivos libertados. As forças armadas de Israel só têm sido eficientes nos bombardeios aéreos — isso porque não existem armas antiaéreas em Gaza e porque o chão é impossível de errar. E, no chão do “gueto” mais densamente povoado do mundo, as bombas não têm dificuldade para acertar as cabeças de civis — sejam eles homens, mulheres ou crianças, que se protegem sob lonas de barracas.

Esse novo cenário militar tem animado outros grupos a participarem do conflito em apoio aos palestinos. Af, se destacando o Hezbollah, que, há anos, acabou com a ocupação militar do sul do Líbano, e os houthis, que, do distante Iêmen, têm sido a novidade e já conseguiram atingir até Tel Aviv.

Biden, acusado por movimentos internos de repúdio a um genocídio praticado com o uso de munição americana, teve que passar a rever sua posição. Chegou a aprovar na ONU um razoável plano de cessar-fogo, mas tem recebido em troca a costumadamente ingrata e arrogante resposta negativa de Bibi.

É esse o Netanyahu que viajou a Washington: humilhado e isolado. Foi pedir mais união, em um reconhecimento de que sozinho não pode vencer o Hamas. No lugar disso, foi recebido com protestos e apelos por um cessar-fogo tanto de Biden quanto de ambos os candidatos à eleição presidencial. Recebeu também aplausos de muitos congressistas, é verdade, e penso que Netanyahu visitou o único lugar do mundo em que pode ser hoje aplaudido. Em Israel, não pode sequer sair às ruas.

Porém, eis que, quando isso parece se constituir em mais um episódio do triste fim de carreira da democracia americana, surge o pronunciamento de Kamala Harris, imediatamente após seu encontro com Bibi, e renova as nossas esperanças. Ela, de forma altiva, hipotecou apoio irrestrito à existência de Israel, mas repudiou a forma da vingança de Netanyahu e reafirmou apoio à instalação do Estado da Palestina. Ou seja, a única coisa aproveitável dessa desastrosa visita é que aqueles viciados em otimismo, como eu, passamos a ter para quem torcer naquela eleição.

Tubarões, cocaína e agrotóxicos

» LEOMAR DARONCHO
Procurador do Trabalho

“Parece que o homem branco não sente o ar que respira.”
Chefe Seattle

Publicação da revista *Science of The Total Environment* destaca estudo que detectou cocaína em 13 tubarões analisados na costa do Rio de Janeiro. Teria sido constatada maior concentração de cocaína no fígado e músculos de fêmeas.

Os resultados indicam concentração muito superior ao de estudos anteriores, com outras espécies marinhas. Os tubarões, carnívoros, provavelmente foram contaminados alimentando-se de crustáceos e peixes que ingeriram a droga no litoral carioca. A descoberta tem como explicação possível a alta quantidade de tóxicos consumida e descartada pelo esgoto.

Confirmando-se a hipótese, seria um dano marginal, ignorado pelos consumidores de entorpecentes, em que os animais marinhos funcionam como marcadores da qualidade ambiental. Os pesquisadores alertaram para a necessidade de estudos específicos sobre os efeitos do consumo de peixes contaminados em relação ao ser humano.

A pitoresca notícia instiga um manancial de gracejos, dando vazão à rica criatividade dos humoristas. Para efeitos do meio ambiente, o achado remete à concepção de que não existe descarte na natureza. Não existe a separação dentro e fora. Somos parte do todo. Degradamos o ambiente e sofremos as consequências, ignorando antigas lições.

Em 1854, o Chefe Seattle cravou: “O que ocorrer com a Terra recairá sobre os filhos da terra. Há uma ligação em tudo”. Em 2015, o papa Francisco assinalou a preocupação com a ação humana sobre o clima da Terra, afirmando que “tudo está conectado” (Carta Encíclica, *Laudato Si*). Em 1962, Rachel Carson, cientista que elaborou a ideia holística de meio ambiente para o grande público, registrou os efeitos de pesticidas (DDT) sobre os seres vivos: “O homem é parte da natureza, e a sua guerra contra a natureza é, inevitavelmente, uma guerra contra si mesmo”.

São conhecidos e estudados os danos ao meio ambiente e as doenças, agudas e crônicas, de trabalhadores, comunidades e consumidores, decorrentes da exposição aos agrotóxicos usados na produção de commodities agrícolas de exportação, que avança sobre as áreas de preservação e substitui a produção de alimentos. A contaminação da água, do solo e de outros marcadores ambientais (abelhas, bicho-da-seda e onças) não é acidental, uma vez que o Brasil segue facilitando o uso de produtos banidos de países civilizados, justamente em razão da comprovada ação tóxica.

O caso dos resíduos químicos em tubarões que vivem na costa propicia oportuna reflexão sobre as consequências da irresponsabilidade ambiental, justamente quando o Supremo Tribunal Federal (STF) deve decidir sobre as isenções fiscais conferidas às substâncias tóxicas de uso agrícola — ação direta de inconstitucionalidade (ADI) 5.553/DF.

O complexo debate jurídico-constitucional

dá-se a partir dos direitos fundamentais ao meio ambiente equilibrado, da saúde e do princípio constitucional da seletividade tributária, questionando a legitimidade da desoneração fiscal que facilita e induz ao uso de agrotóxicos.

A Procuradoria-Geral da República defendeu o fim da isenção de tributos, avaliando que os dispositivos que reduzem a base de cálculo do ICMS e concedem isenção de IPI não são compatíveis com a Constituição. Na mesma linha, manifestaram-se defensores da saúde, meio ambiente, consumidor e alimentação adequada.

A extrafiscalidade e o princípio da seletividade, no caso, impõem a atuação positiva do Estado brasileiro revendo os benefícios concedidos a produtos tóxicos. O ministro relator da ADI, Edson Fachin, posicionou-se nesse sentido, em entendimento que se harmoniza com o compromisso assumido pelos países com a agenda 2030 da ONU, que, segundo o STF, “envolve a adoção de medidas ousadas, abrangentes e essenciais para promover o Estado de Direito, os direitos humanos e a responsabilidade das instituições políticas”.

O desestímulo às substâncias tóxicas, que não são essenciais à vida e produzem conhecidos agravos à saúde e ao meio ambiente, seria uma medida positiva de indução à pesquisa e aos investimentos para a transição gradual rumo a um modelo de desenvolvimento agrícola sustentável. Para o bem das gerações presentes e futuras, guarda-se que prevaleça esse entendimento que vem orientando as decisões do STF em matéria ambiental.